Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

SEGURANÇA PÚBLICA

Em vitória do governo, texto é confirmado, inclusive, com votos dos bolsonaristas — que não conseguiram incluir a diminuição de idade para a responsabilização criminal. União passa a ter maior poder no combate às facções, que são alvo de medidas mais duras

PEC é aprovada, mas não reduz maioridade penal

» LUÍZA ALTOÉ

O Senado aprovou, ontem, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública sem a redução da maioridade penal. Foi uma vitória do Palácio do Planalto, uma vez que a matéria é a resposta do governo federal à pressão para o endurecimento do combate ao crime organizado. No primeiro turno, foram 73 votos favoráveis e nenhum contrário e, no segundo, o placar foi de 75 x 0. A matéria segue para promulgação (**saiba o que muda na infografia ao lado**).

A redução da maioridade penal era uma reivindicação da bancada bolsonarista. Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha se manifestado favoravelmente a ela, na sabatina feita pela Rede Globo antes do segundo turno da corrida presidencial, mas somente para crimes hediondos. Porém, a base governista era contrária à medida.

Em uma manobra regimental, o relator da PEC, senador Rogério Carvalho (PT-SE), apresentou um requerimento para que as emendas que reduziam a maioridade penal fossem transformadas em PECs autônomas, que tramitarão de forma conjunta no Senado, mas separadas da PEC da Segurança. "Preserva a iniciativa dos autores e assegura que o tema seja discutido com o devido aprofundamento sem comprometer a tramitação da matéria principal", defendeu.

O requerimento foi aprovado, inviabilizando que as emendas sobre o assunto fossem analisadas como destaques à PEC da Segurança. A oposição criticou a estratégia, afirmando que interferia no direito dos senadores de questionar o relatório por meio de destaques — também evitou que os governistas se posicionassem sobre o tema.

"O artifício regimental cria um precedente perigoso, porque vai significar que qualquer presidente desta Casa utilize desse precedente para impedir que um partido ou grupo de parlamentares possa destacar um texto da PEC", acusou o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN).

O governo trabalhou para que o texto vindo da Câmara não sofresse alterações no Senado, uma vez que, caso fosse mexido, teria de voltar à outra Casa para o aval dos deputados. Isso prolongaria a tramitação da matéria. A estratégia do Palácio do Planalto, desde o começo, era garantir a aprovação da PEC para viabilizar a criação do Ministério da Segurança Pública, prometido por Lula na campanha presidencial.

Ton Molina/Agência Senado



Uma efusiva Teresa Leitão cumprimenta um derrotado Rogério Marinho, após a aprovação da PEC. Discussão sobre redução da maioridade foi adiada

> **A gente defende que alcance os 14 anos, mas ficamos felizes que o governo resolveu admitir a redução da maioridade penal"**
>
> ***Senador Carlos Portinho (PL-RJ)***

> **(A redução da maioridade penal) é um debate que precisa ser feito, mas que não pode ser feito de afogadilho. Tem que ser com a segurança que requer"**
>
> ***Senadora Teresa Leitão (PT-PE)***

O que muda para o cidadão

Inclui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição, que estabelece mecanismos de cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Integra as forças policiais com criação de forças-tarefa conjuntas, compartilhamento de informações e provas e integração de sistemas utilizados pelos órgãos de segurança. O objetivo é ampliar a capacidade de atuação das instituições no enfrentamento ao crime organizado, que atualmente está nacionalizado.

Amplia as atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que poderá atuar no policiamento de ferrovias e hidrovias federais. Corporação passa a atuar em áreas estratégicas para a circulação de mercadorias e funcionamento de estruturas utilizadas por organizações criminosas.

Endurece as regras aplicáveis a integrantes de facções, milícias e organizações paramilitares. Esses criminosos serão submetidos a medidas diferenciadas de cumprimento de pena, conforme a posição hierárquica de cada um. Também terão regime diferenciado à progressão de pena e a benefícios processuais.

Estabelece a possibilidade de cumprimento de penas em presídios de segurança máxima para lideranças de organizações criminosas.

Foi retirado dispositivo que destinava recursos das bets ao financiamento da segurança.

Polícia Legislativa do Senado pode investigar crimes ocorridos no âmbito do Poder Legislativo, dentro de suas atribuições.



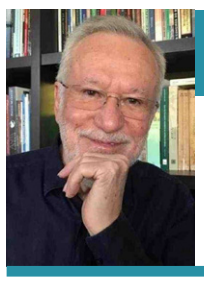
Em seu canal no WhatsApp, o presidente exaltou a aprovação da PEC e confirmou a criação da nova pasta, que será desmembrada do Ministério da Justiça. "Parabenizo o Senado Federal pela aprovação da PEC da Segurança Pública, que encaminhamos ao Congresso para fortalecer o combate ao crime organizado. Vamos somar a esse avanço a criação do Ministério da Segurança Pública, com foco em inteligência, planejamento e cooperação com estados e municípios para enfrentar as facções e as milícias. O povo brasileiro tem o direito de trabalhar, voltar para casa e viver com tranquilidade. Garantir esse direito é um compromisso do governo do Brasil", diz a nota.

Isso não quer dizer, porém, a redução da maioridade penal não será discutida. Os senadores pretendem votar, hoje, um requerimento de calendário especial para acelerar a tramitação da PEC que trata do assunto. O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), acredita até mesmo que haja possibilidade de votar o mérito da matéria em seguida.

Segundo o líder do MDB, senador Eduardo Braga (MDB-AP), a proposta principal deve ser a que tem maior entendimento: a do senador Camilo Santana (PT-CE), líder do PT no Senado. Nela, a maioridade penal é reduzida de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos, mas mantendo-se em 18 para os casos gerais. A PEC tramitará em conjunto com outra, proposta pela oposição, que reduz a maioridade penal para 14 anos em casos de crimes hediondos e graves, deixando a idade de 16 anos para crimes gerais.

"Alcolumbre falou que os líderes irão construir o texto que será votado. Se vai alcançar 14 anos em crimes hediondos ou 16 anos, amanhã (hoje) trataremos disso. A gente defende que alcance os 14 anos, mas ficamos felizes que o governo resolveu admitir a redução da maioridade penal de alguma forma", disse Portinho, que garantiu haver acordo para que o tema tramite rapidamente na Câmara.

Mas a líder do PT no Senado, Teresa Leitão (PE), não deu garantias de que o mérito seja votado hoje. "Não sei se dá tempo, mas o tema está posto. É um debate que precisa ser feito, mas que não pode ser feito de afogadilho. Se a gente for enfrentar esse debate, tem que ser com a segurança que requer", defendeu.



ALEXANDRE GARCIA

ELEIÇÃO É O ÚLTIMO ATO DA TOMADA DE PODER, ENTREGUE LEGALMENTE PELO VOTO. SÃO VELHOS MÉTODOS QUE, GRAÇAS À FALTA DE CONHECIMENTO, CHAMAM DE NOVO

O novo velho

Tenho lido nos jornais reportagens especulando como será o novo governo. Penso que deva haver algum engano, pois a maioria dos eleitores quis continuar com o mesmo governo — os que queriam um novo foram derrotados. A opção foi mais do mesmo. Continua o mesmo governo Lula, talvez com alguma pequena mudança entre seus auxiliares. Até agravando o peso para o pagador de impostos. Por exemplo: agora se fala em criar mais um ministério, para André Janones, o da Comunicação Digital, para ser o porta-voz digital do governo, em lugar de ser o que a eleição determinou, porta-voz de quase 79 mil mandantes mineiros que lhe deram a procuração do voto. Janones diz quer não quer. O governo se renova aumentando para 39 o número de ministros.

Além das promessas com que obteve votos, Lula não prometeu acabar com deficits ou endividamento, que causam inflação e juros altos. Portanto, não haverá cortes de gastos, a não ser para a Defesa, pois se sabe que soberania é apenas uma marca de fantasia. Cortes para as polícias federais, também, para provar que "acabar com a polícia" é um ato falho emergido das profundezas verdadeiras do inconsciente, assim como "nesse quarto mandato a gente vai dizer o Brasil acabou". Deficit fiscal mais endividamento público é igual a inflação, juros altos e insuficiente crescimento econômico.

Cortar despesas, nem pensar. O ministro Boulos acaba de jogar uma pá de cal nos sonhos dos que acreditam em teorias econômicas de mercado, produtividade, iniciativa privada: "Tesouraço foi derrotado nas urnas. A agenda econômica é de quem ganhou." José Guimarães completou: "Ajuste fiscal não está nas prioridades". Foi essa a escolha da maioria. Cerca de 64 milhões de eleitores decidiram que assim será. Masoquismo ou não, essa foi a vontade da maioria expressa nas urnas, e assim será feito. A sorte está lançada, ainda que prejudique todos, inclusive os 60 milhões que queriam mudar. O irônico é que uma parte desses 60 milhões tem como consolo que vai ganhar mais juros, oriundos da dívida pública. Os mais pobres vão pagar mais juros, puxados pela dívida cada vez maior do governo.

Também foi decisão da maioria manter como donos do Estado os que se adonaram dele ao usar ministérios, empresas públicas e estatais para negócios com que se locupletam e financiam a manutenção do poder. Faz parte da ideologia em que o Estado é o dono da nação, e não o povo. Esse só serve para dar os votos que fantasiam isso tudo de democracia. Eleição é o último ato da tomada de poder, entregue legalmente pelo voto. São velhos métodos que, graças à falta de conhecimento, chamam de novo.